

COMPREENSÃO TEXTUAL DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM MAPEAMENTO ACERCA DA INCLUSÃO

TEXTUAL COMPREHENSION OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES: A MAPPING ABOUT INCLUSION

LA COMPRENSIÓN TEXTUAL DE LOS ALUMNOS CON DISCAPACIDAD INTELECTUAL: UN MAPEO ACERCA DE LA INCLUSIÓN

Bruna Beatriz Cavalline Silva¹

Roberta Negrão de Araújo²

Marília Bazan Blanco³

RESUMO: No Brasil, observa-se cada vez mais a presença de estudantes com Deficiência Intelectual (DI) no ensino regular, desafiando os professores a desenvolverem práticas pedagógicas para o ensino da leitura que atendam às suas particularidades. Assim, o objetivo desse estudo foi realizar um mapeamento das produções científicas no que tange ao ensino da Língua Portuguesa para escolares com DI no Ensino Fundamental I⁴, buscando identificar quais abordaram especificamente a compreensão de leitura. Para a realização do mapeamento, a busca foi feita em duas bases de dados, o Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando a palavra-chave “Deficiência Intelectual”. Assim, foram selecionadas 09 pesquisas que abordaram a relação direta entre compreensão de textos e deficiência intelectual. De acordo com os resultados, existe uma escassez de produções sobre compreensão de textos. Os dados apontam a necessidade de adaptações curriculares serem melhor aproveitadas e de proporcionarem aos professores formação continuada e situações em que possam exercitar o conhecimento teórico.

Palavras-chave: inclusão; deficiência intelectual; compreensão textual.

ABSTRACT: In Brazil, there is an increasing presence of students with Intellectual Disabilities (ID) in regular education, challenging teachers to develop pedagogical practices for the teaching of reading that meet their particularities. Thus, the aim of this study was to map the scientific productions regarding the teaching of the Portuguese Language to students with ID in Elementary School I, trying to identify which ones specifically addressed reading comprehension. To carry out the mapping, the search was made in two databases, the Periodical Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), using the keyword "Intellectual Disability". Thus, 09 works that addressed the direct relationship between text comprehension and intellectual disability were selected and analyzed. According to the results, there is a scarcity of productions about text comprehension. The data point to the need for

1 Doutoranda em Ensino. Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Cornélio Procópio, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1701-7840>. E-mail: bbcavalline@gmail.com.

2 Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática. Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Cornélio Procópio, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3926-4746>. E-mail: robertanegrao@uenp.edu.br.

3 Doutorado em Psicologia. Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Cornélio Procópio, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9259-0578>. E-mail: mariliabazan@uenp.edu.br.

4 A partir do documento Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos – Resolução CNE/CEB nº 7/2010 (Brasil, 2010), utiliza-se a nomenclatura Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No entanto, optou-se por manter Ensino Fundamental I ao longo deste artigo, por ter sido um dos descritores utilizados no levantamento de dados.

curricular adaptations to be better used and to provide teachers with continuous training and situations in which they can exercise theoretical knowledge.

Keywords: inclusion; intellectual disability; textual comprehension.

RESUMEN: En Brasil, se observa cada vez más la presencia de alumnos con Discapacidad Intelectual (DI) en la educación regular, lo que desafía a los profesores a desarrollar prácticas pedagógicas para la enseñanza de la lectura que respondan a sus particularidades. De esta forma, el objetivo de este estudio fue mapear las producciones científicas relativas a la enseñanza de la Lengua Portuguesa a alumnos con DI en la Escuela Primaria I, buscando identificar cuáles abordaban específicamente la comprensión lectora. Para realizar el mapeo, se realizó la búsqueda en dos bases de datos, el Portal Periódicos de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES) y la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD), utilizando la palabra clave "Discapacidad Intelectual". Así, fueron seleccionadas 09 investigaciones que abordaban la relación directa entre la comprensión de textos y la discapacidad intelectual. Según los resultados, hay una escasez de producciones sobre la comprensión de textos. Los datos apuntan a la necesidad de adaptar los planes curriculares para que sean mejor aprovechados y proporcionen a los profesores formación continua y situaciones en las que puedan ejercitarse el conocimiento teórico.

Palabras clave: inclusión; discapacidad intelectual; comprensión textual.

Introdução

Não é raro encontrar nas escolas professores que se queixam da falta de preparo para ensinar estudantes com Deficiência Intelectual (DI), garantindo a aprendizagem destes com base no currículo escolar na perspectiva inclusiva. Entre os professores, é comum surgirem reflexões sobre sua formação e suas práticas pedagógicas. Isto porque planejar e executar aulas para que esses estudantes adquiram conhecimento não é um trabalho simples e constitui-se em um desafio. As especificidades devem ser levadas em consideração e podem exigir adequações na didática, nos recursos e até mesmo em uma nova concepção do processo educativo (Augusto; Oliveira; Fonseca, 2019).

No trabalho educacional com estudantes com DI, é essencial ter conhecimento tanto sobre o processo de ensino quanto sobre a concepção da deficiência e as possibilidades de aprendizagem desses alunos. Esse conhecimento serve como base para a ação pedagógica e a definição das estratégias e recursos que serão utilizados. Por isso, é fundamental desenvolver diversas atividades que promovam uma melhor interação, participação e compreensão, possibilitando o acesso ao conhecimento.

Em relação à Língua Portuguesa, a linguagem é a base fundamental para o desenvolvimento humano, pois é por meio dela que se adquirem e se aprofundam conhecimentos, conceitos e informações, além de se aprimorar a oralidade, o vocabulário, a escrita e as capacidades interpretativas e comunicativas (Pereira; Rocha, 2016). A participação

social está intimamente ligada ao domínio da língua, uma vez que ela é o principal meio de comunicação do ser humano. Através da linguagem, é possível expressar-se, acessar informações, produzir conhecimento, compartilhar e defender pontos de vista, além de construir uma visão de mundo. Portanto, cabe à escola a responsabilidade de garantir que todos os alunos tenham acesso aos conhecimentos linguísticos indispensáveis para o exercício da cidadania, um direito fundamental (Brasil, 2001).

Dessa forma, o uso de diversos recursos didáticos no ensino da Língua Portuguesa se torna um importante aliado para a obtenção dos objetivos propostos, especialmente quando o estudante com DI está inserido no contexto escolar. As adaptações curriculares, portanto, são indispensáveis (Pereira; Rocha, 2016).

Discutir, por meio de revisão bibliográfica, um tema tão específico como a deficiência intelectual é, por si só, uma tarefa relevante; é um estudo que se baseia em práticas educacionais que podem evitar prejuízos potenciais e superar dificuldades relacionadas ao ensino de crianças com DI. Esse enfoque é de grande importância, pois promove ações que contribuirão para a aprendizagem dessas crianças e, consequentemente, para sua inclusão na escola e na sociedade.

Diante da dificuldade explicitada, o presente estudo caracteriza-se como um mapeamento das pesquisas anteriormente desenvolvidas, abordando a temática inclusão, com o objetivo de identificar de que forma tem se realizado o ensino da Língua Portuguesa para escolares com DI matriculados no Ensino Fundamental I. O mapeamento compõe a dissertação de mestrado intitulada *Formação de professores para o ensino de Língua Portuguesa: compreensão de leitura para estudantes com Deficiência Intelectual* e forneceu subsídios para o desenvolvimento da produção técnica educacional *Manual ilustrado: atividades de compreensão de leitura para escolares com Deficiência Intelectual*, da autora Bruna Beatriz Cavalline Silva, da orientadora Profa. Dra. Roberta Negrão de Araújo e da coorientadora Profa. Dra. Marília Bazan Blanco. O manual propõe atividades para o trabalho com compreensão de leitura para estudantes com DI.

Referencial teórico-metodológico

No cenário político em que emergiu a educação inclusiva, mudanças no interior da escola foram sinalizadas. Para que possamos compreendê-las, é necessário situar o marco histórico e normativo da Educação Especial no Brasil. Pereira e Rocha (2016) discorrem que, ao longo dos anos, a Educação Especial era organizada como um atendimento substitutivo ao

ensino regular, com a criação de instituições especializadas, baseando-se na normalidade e anormalidade, voltada mais para o atendimento clínico.

Entretanto, com os avanços da legislação, houve modificações no âmbito da educação, das quais podemos citar: a Declaração de Salamanca, que profere que as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais⁵ têm direito ao acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar por meio de uma pedagogia capaz de atender suas necessidades (Unesco, 1994) e, ainda, que os governos devem elaborar políticas de inclusão. Além disso, apontou as reformas necessárias nos sistemas educacionais e sugeriu mudanças para melhorar a qualidade do ensino para todos os alunos, reforçando que todas as pessoas com deficiência têm direito à escola regular sem nenhum tipo de discriminação (Lima; Campos; Leite, 2021). Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024/61, que aponta o direito dos excepcionais⁶ à educação, preferencialmente no sistema geral de ensino (Brasil, 1961), e a Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 205 apresenta que a educação passou a ser direito de todos, trouxeram avanços na educação inclusiva com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), estabelecendo a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Brasil, 1988).

Por meio da LDBEN nº 9394/96, definiu-se que, independentemente de suas condições de desenvolvimento, todas as crianças têm direito ao acesso à educação, preferencialmente em classes comuns (Brasil, 1996). Outros documentos legislativos trouxeram avanços significativos para a educação inclusiva, como as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 02/2001 (Brasil, 2001), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2007), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica CNE/CEB nº 04/2010 (Brasil, 2010) e o Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014).

Em decorrência destes dispositivos legais, tem se efetivado a presença de estudantes com DI, assim como a inclusão tem se tornado cada vez mais alvo de pesquisas e debates. Oliveira, Silva e Valentim (2013) afirmam que a deficiência intelectual desafia os professores no planejamento de práticas pedagógicas e conceitos que atendam suas particularidades e probabilidades de aprender. Devido à demanda de ressignificação da cultura escolar, novas formas de organização e planejamento, revisão das propostas curriculares, a formação continuada dos professores, entre outros elementos essenciais, deveriam ser realizadas, de

5 *Op. cit.* Conforme escrito na lei.

6 *Op. cit.* Conforme escrito na lei.

forma a contribuir para a atenção adequada solicitada pelos estudantes, a fim de favorecer seu desenvolvimento e a apropriação do conhecimento sistematizado.

Segundo Nascimento e Carreta (2014), historicamente ocorreram grandes mudanças no atendimento a estudantes com DI. Contudo, ainda é necessário avançar para garantir que todos tenham acesso e sucesso dentro das escolas.

Nesse contexto, uma das dificuldades apontadas é a aprendizagem da língua escrita por estudantes com DI. Segundo Pereira e Rocha (2016), o uso de diversos recursos didáticos no ensino da Língua Portuguesa colabora para alcançar os objetivos delineados. Assim, as adaptações curriculares são de extrema necessidade para o atendimento de estudantes com DI. Augusto, Oliveira e Fonseca (2019, p. 17) afirmam que “certamente este não é um caminho fácil e deverá ser trilhado coletivamente no movimento da escola em busca de, cada vez mais, aderir a uma prática inclusiva”.

Cabe salientar que é ilusório pensar na existência de um método ideal que direcione as atividades para estudantes com DI. Contudo, devido às diferenças destes, quanto mais diversificados os métodos, menores serão os obstáculos de aprendizagem. Mesmo assim não se propõe o uso indiscriminado de uma gama de métodos. O processo cognitivo vivenciado pelo estudante com DI é semelhante ao de seus pares, referindo-se ao aprendizado da leitura e da escrita. O que se diferencia é o ritmo de aprendizagem, por requerer um tempo maior para a aquisição da língua escrita (Paraná, 2014).

Quando o estudante começa a utilizar as letras do próprio nome nas produções, identifica-se o início da reprodução da escrita nos seus registros. Apesar de demonstrar vulnerabilidade em separar, verificar e sistematizar com coerência suas ideias, este é apto a produzir textos próprios. A qualidade dos textos relaciona-se ao gênero textual. Dessa forma, vivenciar situações sociais e escolares que permitam o acesso a tipos diferentes de texto se faz necessário, a fim de que o estudante sistematize de maneira apropriada suas produções e seja capaz de apoderar-se das características particulares dos diversos gêneros textuais (Paraná, 2014).

No que diz respeito à leitura e ao ensino da compreensão de textos, a leitura é um dos eixos organizadores do ensino de Língua Portuguesa na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018). Segundo o documento, esse eixo tem como objetivo desenvolver habilidades de análise e compreensão da leitura, interpretação de textos verbais e ainda a capacidade de distinguir os gêneros textuais, os quais são compreendidos como competências específicas da Língua Portuguesa.

Nessa perspectiva, com o intuito de melhor compreender o processo de inclusão escolar, este estudo objetivou realizar um mapeamento das produções científicas que abordam o ensino da Língua Portuguesa para escolares com DI matriculados no Ensino Fundamental I. Como objetivos específicos, buscamos identificar quais são as áreas que apresentam maior número de publicações sobre esta deficiência e quais pesquisas focaram a compreensão de texto.

Materiais e Método

O mapeamento das produções constitui-se como relevante alternativa para iniciar uma pesquisa, haja vista justificá-la e fundamentá-la em literatura científica que contempla o objeto de investigação como fonte de dados.

A Revisão Sistemática de Literatura (RSL) demonstra eficácia em catalogar evidências na criação de métodos inovadores de ensino, detectar lacunas e sugerir possíveis novos estudos. Tal tipo de investigação oportuniza uma síntese das evidências que se relacionam “[...] a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada” (Medrado; Gomes; Nunes Sobrinho, 2014, p. 107).

Segundo Cordeiro *et al.* (2007), a revisão sistemática objetiva agrupar, analisar criticamente e direcionar uma síntese dos resultados de diversos estudos considerados primários. Dessa forma, o processo de RSL se constitui no agrupamento, mapeamento, resgate, integração, avaliação crítica e na interpretação de dados constituídos pela atividade de pesquisa, no que diz respeito a um problema que exija solução imediata, um fenômeno de interesse ou um assunto do cotidiano, em qualquer que seja a área do saber humano. Para Trachtenberg e Struchiner (2011, p. 433), “o pesquisador ‘vai a campo’, só que em vez de encontrar pessoas, grupos e comunidades, ele encontra publicações, artigos, teses e outros documentos de pesquisa”. Refere-se a um modo de pesquisa que segue condutas e critérios adequados para esquematizar e complementar o conhecimento sobre determinado assunto.

Mediante os critérios que caracterizam uma revisão sistemática, realizamos adaptações desta e buscas durante os meses de junho a dezembro de 2020. Consultamos o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a partir da busca avançada, com a palavra-chave “deficiência intelectual” no título e resumo. Consideramos, como período, os últimos 10 anos, de 2010 a 2020.

Foram selecionados somente trabalhos com arquivos completos. Encontramos 444 trabalhos com o termo “deficiência intelectual”, tanto no título como no resumo. Como critério de inclusão, foram considerados os descritores “Ensino Fundamental I” e “Ensino de Língua Portuguesa”. Assim, foram selecionados 13 trabalhos, sendo que 12 estavam disponíveis. Para exclusão dos trabalhos, foram descartados, além dos que estavam indisponíveis, aqueles que não abordavam a faixa etária de estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental (entre 6 e 10 anos). Portanto, foram excluídos 419 trabalhos, sendo analisados 3 artigos e 6 dissertações.

Resultados e Discussão

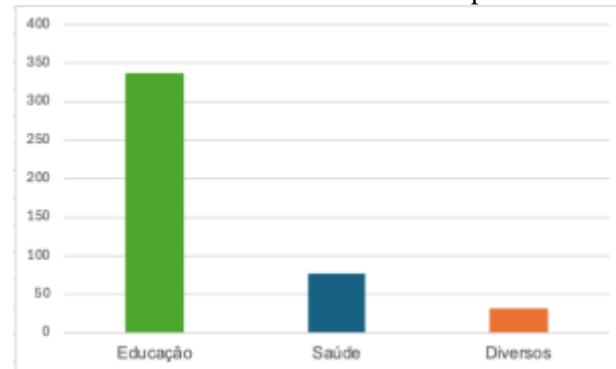
Na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram encontrados 9 trabalhos e no Portal de Periódicos da CAPES identificou-se 4 referentes ao tema Deficiência Intelectual e ensino de Língua Portuguesa no Fundamental I. Após uma análise geral dos resumos dos trabalhos, selecionou-se os que estavam relacionados especificamente com o tema ensino de Língua Portuguesa para crianças com deficiência intelectual, mais especificamente compreensão de textos. O Quadro 1 sintetiza os resultados.

QUADRO 1: Busca da palavra-chave “deficiência intelectual” no título e resumo

Base de dados	Palavras-chave	Resultado total	Resultado relacionado à temática	Disponíveis
Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	“deficiência intelectual”	310	9	8
Portal de Periódicos da CAPES	“deficiência intelectual”	134	4	4
Total	-	444	13	12

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Pela análise geral dos resumos que abordam o tema DI, foi possível observar que existe um número razoável de pesquisas. Em relação às áreas de estudos, de um total de 444 trabalhos encontrados entre artigos, teses e dissertações, destaca-se que 77 são da área da Saúde. Na área da Educação, encontramos 336 trabalhos, 31 são de áreas diversas como Arquitetura, Direito, Administração de empresas, entre outras, conforme apresentado no Gráfico 1.

GRÁFICO 1: Estudos encontrados desenvolvidos por área de conhecimento

Fonte: elaborado pelas autoras.

Após a análise geral dos resumos, incluindo os itens título, resumo, introdução, metodologia e conclusão, buscamos selecionar aqueles que abordavam a deficiência intelectual, o ensino de Língua Portuguesa, mais especificamente, a compreensão de texto. Estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos, descartados os trabalhos repetidos, foram analisados 9: 3 artigos e 6 dissertações, apresentados nos Quadros 2 e 3.

QUADRO 2: Artigos selecionados para leitura

TÍTULO	AUTOR/ANO	REVISTA	OBJETIVO
Alfabetização e letramento em crianças com deficiência intelectual	Boraschi (2017)	Revista Gestão e Saúde	Refletir sobre a ocorrência dos processos de alfabetização e de letramento em crianças com deficiência intelectual.
O uso de aplicativos de leitura e escrita com alunos com deficiência intelectual	Pavão; Simon (2020)	Revista Educação Especial	Analizar o potencial dos aplicativos educacionais no ensino da leitura e escrita a estudantes com deficiência intelectual.
Avaliação da compreensão de leitura de pequenos textos em livros por alunos com deficiência intelectual	Muto; Postalli (2020)	Revista Educação Especial	Avaliar a compreensão da leitura de pequenos textos em livros de história de alunos com deficiência intelectual matriculados no quinto ano do Ensino Fundamental.

Fonte: elaborado pelas autoras (2023).

“Alfabetização e letramento em crianças com deficiência intelectual”, de Boraschi (2017), é uma pesquisa bibliográfica pautada na abordagem qualitativa. Tem como objetivo refletir sobre o processo de alfabetização e letramento de crianças com DI; apresenta discussões

sobre o papel dos professores no desenvolvimento deste aluno, de maneira a envolvê-lo por meio de práticas pedagógicas que levem a criança a se apropriar significativamente do mundo letrado, possibilitando sua inserção participativa na sociedade. O artigo aponta que ler e escrever são condições indispensáveis para o exercício de cidadania.

A autora destaca a dificuldade em encontrar pesquisas que abordem alfabetização e letramento e deficiência intelectual, pois os trabalhos discutem os temas separadamente. Somente no documento “Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Mental” (Brasil, 2007 *apud* Boraschi, 2017) é que a temática foi localizada de maneira articulada. A autora afirma a necessidade de pesquisas na área devido não terem sido localizados trabalhos recentes sobre o tema.

Boraschi (2017) recorreu a obras anteriormente analisadas, buscando realizar reflexões acerca da alfabetização e letramento e sobre DI, propondo a articulação entre os temas. Após as análises, a autora afirmou que a alfabetização e o letramento da criança com DI ocorrem da mesma maneira que nas demais crianças, partindo do pressuposto de que esses processos necessitam considerar a individualidade da criança e a função social do mundo letrado. Entretanto, elucidou-se que adaptações no currículo são necessárias para obter êxito nos processos educativos propulsores de seu desenvolvimento (Boraschi, 2017).

O artigo de Pavão e Simon (2020), intitulado “O uso de aplicativos de leitura e escrita com alunos com deficiência intelectual”, objetivou analisar a capacidade dos aplicativos educacionais para o ensino da leitura e da escrita para alunos com DI. Indica-se que a pesquisa é de abordagem qualitativa, exploratória e participante, apoiando-se em Minayo (2004 *apud* Pavão; Simon, 2020) e Gil (1991 *apud* Pavão; Simon, 2020). Os participantes da pesquisa foram 12 alunos matriculados do 1º ao 8º ano, em uma Escola Municipal do Rio Grande do Sul, com idades entre sete e quinze anos de idade e que frequentavam o AEE.

O diário de campo foi utilizado como instrumento de coleta de dados; foram realizados registros de análise dos aplicativos selecionados, utilizando uma Matriz de referência, a qual apontava os aspectos pedagógicos e técnicos necessários para atender aos níveis de leitura e escrita. Foi realizada a aplicação do Ditado Balanceado (Moojen, 2009 *apud* Pavão; Simon, 2020) para a verificação dos níveis de leitura dos participantes, a fim de realizar a seleção dos aplicativos que seriam utilizados.

Para o nível pré-silábico, foi utilizado o aplicativo ABC for Kids, Learning Letter e Alphabet (todos com versão em português). No nível silábico, foram escolhidos o Alfabetizando, Lele das sílabas e Forma palavras. Os aplicativos Silabando, Monta Palavras e Gamefone foram escolhidos para compor o terceiro nível silábico-alfabético. No quarto nível

alfabético, os aplicativos utilizados foram ABC português, Caça-palavras e Palavras Guru. Segundo os resultados, somente os aplicativos ABC for Kids, Learning Letter, Lele das sílabas, Silabando, ABC português e Caça-palavras contemplam os aspectos pedagógicos e técnicos necessários para potencializar cada nível de leitura e escrita, podendo beneficiar alunos com e sem deficiência intelectual (Pavão; Simon, 2020).

Muto e Postalli (2020), em “Avaliação da compreensão de leitura de pequenos textos em livros por alunos com deficiência intelectual”, tiveram como objetivo avaliar a compreensão de leitura dos alunos com deficiência intelectual. Os participantes foram duas crianças de 10 e 11 anos que estavam matriculadas no 5º ano do Ensino Fundamental e apresentavam defasagem na aprendizagem de leitura e escrita; participavam do currículo informatizado do Aprendendo a Ler e a Escrever em Pequenos Passos, desenvolvido por Rose e colaboradores (De Souza *et al.*, 2004 *apud* Muto; Postalli, 2020) como recurso suplementar e complementar ao ensino em sala de aula.

Foi solicitado que os participantes realizassem individualmente a leitura de 12 livros informatizados, respondendo perguntas sobre a identificação do tema e dos fatos explícitos, além da realização de inferências da história. Os livros utilizados pertencem à coleção “Estrelinha”, de Sônia Junqueira. Inicialmente, apresentava-se os que têm textos mais curtos e palavras regulares e, aos poucos, conforme o nível de dificuldade, foram apresentados livros com textos mais longos e palavras irregulares. Perguntas relativas ao texto foram realizadas de maneira a identificar a interpretação do participante sobre as páginas anteriores e do livro todo (Muto; Postalli, 2020).

Sobre os resultados, um dos participantes demonstrou fluência e rapidez em sua leitura e apresentou acertos entre 50 e 73,3% na interpretação de texto. Já o segundo participante apresentou entre 80 e 100% de acertos na interpretação de textos, entretanto, sua leitura mostrou-se sem fluência, lendo as palavras pausadamente. Foi possibilitado, por meio do uso de livros, averiguar dificuldades e facilidades dos alunos. Os autores evidenciam que a aplicação individualizada permitiu respeitar a necessidade e o tempo dos participantes perante suas particularidades para a leitura e compreensão da história (Muto; Postalli, 2020).

O Quadro 3 apresenta as dissertações encontradas a partir da busca realizada.

QUADRO 3: Teses e Dissertações selecionadas para leitura

TÍTULO	AUTOR/ANO	PROGRAMA	OBJETIVO
Alfabetização de alunos com deficiência intelectual: um estudo sobre estratégias de ensino utilizadas no ensino regular	Guebert (2013)	Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade	Identificar e analisar as estratégias de alfabetização desenvolvidas por professor do Ensino Fundamental, no ensino regular.
Escolarização de alunos com deficiência intelectual: a construção de conhecimento e o letramento	Almeida (2016)	Programa de Pós-Graduação em Educação (RC)	Analizar a construção de conhecimento e o letramento de estudantes com deficiência intelectual matriculados em salas comuns de escolas regulares do Ensino Fundamental I.
Letramento emergente, consciência fonológica e leitura de alunos com deficiência intelectual no ensino regular	Barbosa (2014)	Programa de Pós-Graduação em Educação Especial	Examinar o aproveitamento referente às habilidades do letramento emergente e às habilidades de leitura básicas apresentadas por um grupo de alunos com deficiência intelectual.
Planejamento e práticas curriculares nos processos de alfabetização de alunos com deficiência intelectual: experiências e trajetórias em tempos de educação inclusiva	Fonseca (2016)	Programa de Pós-Graduação em Educação	Analizar o planejamento e a prática curricular no processo de alfabetização de estudantes com deficiência intelectual no ensino fundamental de uma escola natalense.
O processo de aquisição da escrita na deficiência intelectual leve: um estudo de caso	Teles (2019)	Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás	Entender e analisar como se dá o processo de aquisição da linguagem em nível de leitura e, especialmente, da escrita do deficiente intelectual.
Revisão e reescrita de textos produzidos por meio do sistema <i>scala web</i> por alunos com deficiência intelectual incluídos em sala de aula comum	Oliveira (2017)	Programa de Pós-Graduação em Educação brasileira	Investigar de que modo a revisão e a reescrita textual por diádes de alunos com e sem Deficiência Intelectual (DI), no contexto da sala de aula comum, podem influenciar a evolução conceitual da língua escrita dos primeiros.

Fonte: elaborado pelas autoras (2023).

Analisando as dissertações, o estudo de Guebert (2013), “Alfabetização de alunos com deficiência intelectual: um estudo sobre estratégias de ensino utilizadas no ensino regular”, objetivou investigar e analisar as estratégias de alfabetização utilizadas por uma professora, que atende um aluno com DI no Ensino Fundamental, no ensino regular. O aluno investigado tem nove anos, é repetente do 3º ano, diagnosticado com rebaixamento intelectual e apresenta hiperatividade. Uma tutora contratada pelos pais o acompanha na escola, realizando o monitoramento das atividades.

Os procedimentos de coleta de dados foram: observação direta, com registro de campo e duas gravações semanais com duração de 30 minutos, durante um semestre letivo, das atividades de alfabetização nas aulas de Língua Portuguesa. Para a análise dos resultados foram feitas transcrições das gravações com registros das estratégias utilizadas pela professora e a atividade do aluno; organização do material coletado por meio de categorias *a posteriori* (Bardin, 1994 *apud* Guebert, 2013); seleção da produção do aluno, por meio de fotografias dos materiais produzidos em sala de aula.

Diante das atividades, foi constatado que as adaptações realizadas para melhor adequação do processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual não foram bem aproveitadas. Após a apresentação dos resultados, a autora afirma que as respostas e produções da criança foram pouco exploradas, havendo redução do conteúdo trabalhado em sala de aula. Portanto, confirmou a questão central de sua pesquisa de que as estratégias utilizadas não atenderam as necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual para a construção da leitura e da escrita (Guebert, 2013).

O estudo de Almeida (2016), “Escolarização de alunos com deficiência intelectual: a construção de conhecimento e o letramento”, buscou analisar a construção do conhecimento e do letramento dos estudantes de salas comuns de escolas regulares do Ensino Fundamental I com diagnóstico de deficiência intelectual. Segundo o procedimento metodológico defendido pela autora, esta pesquisa é caracterizada como sendo discursivo-interpretativa. Os participantes foram 14 alunos com deficiência intelectual matriculados em salas de aulas comuns, com frequência na sala de recursos multifuncional, e 12 professores que atuavam juntamente com esses alunos; a pesquisa ocorreu em duas escolas da rede estadual de Goiás.

Segundo Almeida (2016), a coleta de dados foi realizada por meio de observação participativa, entrevista com grupo focal e análise documental. As análises foram interpretadas partindo das unidades de sentido, apontando que as práticas vividas no dia a dia dessas escolas percorrem a divisão entre a Educação Especial e a educação comum. De acordo com estas considerações, três categorias gerais foram agrupadas: Organização do Trabalho Pedagógico

acerca do ensino comum e Educação Especial; Práticas de Ensino ao que cabe a construção do conhecimento e a participação em eventos de letramento; e a Avaliação como a confirmação da aprovação automática do aluno com deficiência ou um instrumento de acompanhamento do processo de aprendizagem.

Os resultados revelam que existe uma necessidade de refletir acerca das práticas pedagógicas inclusivas; ampliação na formação dos professores sobre as possibilidades de aprendizagem do aluno com DI e a elaboração de um método avaliativo contínuo, que possibilite motivar as tomadas de decisões referentes aos processos educativos, a começar do ambiente da sala de aula comum, havendo comunicação entre educação especial e educação comum (Almeida, 2016).

Em “Letramento emergente, consciência fonológica e leitura de alunos com deficiência intelectual no ensino regular”, de Barbosa (2014), examinou-se o efeito da inclusão escolar na aquisição das aprendizagens básicas de leitura para alunos com DI, assim como analisou-se o rendimento de um grupo de alunos com diagnóstico de deficiência intelectual em letramento emergente e habilidades básicas de leitura. Esses alunos estão matriculados na primeira série do Ensino Fundamental em salas de aula regulares e frequentam serviços de ensino especializado em salas multifuncionais. Buscou, também, reconhecer as expectativas dos pais e professores da sala de recursos para o aprendizado acadêmico dos alunos.

A amostra do estudo incluiu cinco alunos com diagnóstico de deficiência intelectual matriculados em turmas regulares da Educação Básica e sala de recursos, assim como seus pais e professores. Os dados sobre os repertórios de leitura e escrita foram obtidos por meio de instrumentos que avaliam o conhecimento e as habilidades de alfabetização emergentes, consciência fonológica e habilidades de leitura e escrita necessárias para a educação básica. Entrevistas também foram usadas com a finalidade de coletar dados com relação às expectativas expostas pelos professores e familiares e as circunstâncias relativas à aprendizagem de leitura dos alunos.

Os resultados demonstraram que os alunos estão familiarizados somente com uma parte reduzida e menos crítica do conjunto de componentes do letramento e de habilidades de consciência fonológica. Evidenciou-se também que os alunos não estão familiarizados com as habilidades de decodificação de palavras e textos isolados e não atingiram o padrão mínimo de leitura na fase de alfabetização. Nota-se, diante das experiências de ensino dos alunos da sala de recursos, a inexistência/falta de promoção dos elementos pertinentes ao processo da aquisição de habilidades de leitura. A autora discute o processo de avaliação e a importância do ensino da leitura para alunos com deficiência intelectual (Barbosa, 2014).

Fonseca (2016), em “Planejamento e práticas curriculares nos processos de alfabetização de alunos com deficiência intelectual: experiências e trajetórias em tempos de educação inclusiva”, objetivou verificar o planejamento curricular e sua prática no curso da alfabetização dos estudantes matriculados no Ensino Fundamental de uma escola não governamental de Natal, no Rio Grande do Norte, diagnosticados com deficiência intelectual. Este estudo se caracteriza como uma pesquisa ação colaborativa, realizada nos anos de 2014 e 2015. Seus participantes foram seis pedagogas; três estagiárias; duas coordenadoras pedagógicas e 18 alunos com deficiência intelectual.

Para a coleta de dados, foi feita observação direta (com apoio do registro fotográfico), entrevistas semiestruturadas, análise documental, sessões de estudo, planejamento curricular e intervenção prática de alfabetização no 4º ano B da instituição participante, estudados segundo a Análise de Conteúdo e divididos em categorias de análise, conforme proposto por Bardin (1997 *apud* Fonseca, 2016) e Franco (2005 *apud* Fonseca, 2016). Foram utilizadas atividades que propunham leitura de rótulos consumidos pelos alunos, construção de palavras com o alfabeto móvel, elaboração de banco de palavras com letras iguais e fonemas diferentes e semelhantes.

Os resultados demonstraram inexistência do emprego de atividades sociais de leitura e escrita para dois alunos; os demais possuíam práticas educativas contextualizadas às propostas curriculares. Entretanto, evidencia-se que o planejamento e as práticas curriculares reúnem processos de ensino e de aprendizagem no Ensino Fundamental I, tendo como característica principal o vínculo entre planejamento, estratégia metodológica e instrumentos avaliativos nos processos de escolarização de todos os alunos. Como alternativas de flexibilização curricular na esfera do processo de alfabetização, são propostas, nos resultados, atividades pedagógicas de leitura e escrita para toda a turma, incluindo os alunos com deficiência intelectual, com a colaboração das professoras (Fonseca, 2016).

O estudo considera que as ações pedagógicas planejadas coletivamente, com o empenho dos professores envolvidos, contribuem para o desenvolvimento da leitura e escrita dos estudantes com DI. É demonstrada a importância de superar as estratégias de acesso e possibilitar momentos pedagógicos de aprendizagem e participação dos conteúdos curriculares, considerando a inserção no universo letrado e abrindo novos horizontes para o desenvolvimento do conhecimento e a inclusão destes alunos.

Teles (2019), em “O processo de aquisição da escrita na deficiência intelectual leve: um estudo de caso”, visa analisar a obtenção da linguagem escrita de uma criança de 10 anos de idade com DI leve, para que pudesse identificar como o letramento, por meio de produções

textuais, age na aquisição de novos conhecimentos quando a memória se mostra comprometida. Esse estudo busca fornecer subsídios para o ensino e aprendizagem escolar para crianças com DI.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas, questionários e, também, pela observação direta da dinâmica familiar e escolar, sua trajetória pessoal e escolar. Foram realizados 18 encontros ao total e o estudo de caso teve duração de seis meses. Neste trabalho, foram elaboradas atividades que visavam aumentar as potencialidades do aluno no nível da escrita.

Teles (2019) abordou o aluno com assunto de seu interesse, conforme informado pela mãe, e posteriormente utilizou Histórias em Quadrinhos do Maurício de Souza; solicitou produções textuais espontâneas em duas versões, a de escrita e outra de reescrita, fundamentadas em suas vivências e trabalho com documentos pessoais. O intuito foi de observar como ocorre o processo de desenvolvimento da escrita quando a criança se baseia em elementos, fatores e temáticas envolvendo a sua vivência.

Os resultados demonstraram que, no início da pesquisa, a escrita do aluno era incompreensível, sendo necessário decodificar o que produzia. Conforme as práticas de escrita eram intensificadas e se tornaram constantes, suas produções melhoraram. Quanto à leitura, em nível de compreensão, o aluno demonstrou dificuldade somente em identificar o sentido das palavras que não faziam parte de seu dia a dia. Devido ao material textual trabalhado em pesquisa ter sido contextualizado com sua realidade, os resultados mostraram que o aluno lidou de maneira satisfatória com ele, demonstrando certa familiaridade com os textos, servindo de entrada para a aquisição de novos conhecimentos (Teles, 2019).

A “Revisão e reescrita de textos produzidos por meio do sistema *scala web* por alunos com deficiência intelectual incluídos em sala de aula comum”, de Oliveira (2017), teve como objetivo investigar como a revisão e a reescrita textual por pares de alunos com e sem deficiência intelectual podem influenciar o progresso conceitual da língua escrita dos alunos com DI no contexto da sala de aula comum. De cunho qualitativo, a pesquisa envolveu três etapas metodológicas: avaliação do nível conceitual de escrita dos alunos sujeitos da pesquisa; atividades colaborativas desenvolvidas na sala de aula comum; aplicação dos pós-testes.

Os pré-testes contaram com atividades baseadas no livro elaborado por Figueiredo *et al.* (2009 *apud* Oliveira, 2017); as fichas de avaliação das atividades foram elaboradas tendo como base o livro de Condemarín e Medina (2005 *apud* Oliveira, 2017). Os pós-testes foram realizados logo após a realização das intervenções. Foram utilizadas atividades desenvolvidas durante a pesquisa de Barros (2017 *apud* Oliveira, 2017). Os alunos com DI revisavam e

reescreviam os textos que produziam na Sala de Recursos Multifuncional (SRM), na sala de aula do regular, perante a colaboração de seus pares sem deficiência.

Os participantes da pesquisa foram cinco alunos do 2º, 3º e 5º ano do Ensino Fundamental matriculados em duas escolas da rede municipal de ensino de Fortaleza, diagnosticados com DI, cuja escrita estava em níveis silábico e silábico-alfabético. A análise de dados foi dividida em quatro categorias: (1) Estratégias de escrita usada pelo aluno durante a atividade; (2) Produção textual dos indivíduos com deficiência intelectual, na qual foi realizada análise comparativa entre os textos produzidos na SRM e os textos revisados e reescritos na sala de aula comum; (3) Efeitos da mediação sobre a produção textual dos sujeitos com deficiência intelectual e (4) Avaliação da escrita diante da análise de pré-testes e pós-testes sobre o nível conceitual da escrita (Oliveira, 2017).

Foi indicado, por meio dos resultados, que ocorreu evolução do nível conceitual de quatro dos cinco sujeitos e que as atividades de revisão e reescrita com mediação podem favorecer o desenvolvimento da escrita, provocando a apropriação das estratégias de escrita e atribuindo melhor qualidade à produção textual dos participantes. Oliveira (2017) conclui que as atividades mediadas possibilitaram um replanejamento da escrita, além de promoverem a inclusão escolar, por colaborar para a definição de estratégias de ensino colaborativas e inclusivas.

Por meio deste mapeamento, evidenciamos a escassez nas produções relacionando o ensino de Língua Portuguesa, no que diz respeito à compreensão de textos, voltadas a educandos com DI. Em sua maioria, as pesquisas discutidas até então demonstraram uma preocupação em compreender os processos e as estratégias de alfabetização e letramento (Boraschi, 2017; Guebert, 2013), o ensino da leitura e da escrita (Pavão; Simon, 2020); habilidades básicas de leitura e letramento emergente (Barbosa, 2014), assim como a organização pedagógica, planejamento curricular, formação de professores e construção do conhecimento (Almeida, 2016; Fonseca, 2016).

Somente três das nove produções selecionadas (Muto; Postalli, 2020; Teles, 2019; Oliveira, 2017) contemplaram a compreensão da leitura, a obtenção da linguagem escrita por meio da produção textual e a revisão e reescrita textual com resultados satisfatórios. Essas pesquisas possibilitaram a verificação das dificuldades e potencialidades, constataram que contemplar as vivências do aluno na produção textual traz resultados significativos para sua aprendizagem e que envolver alunos com e sem deficiência na mediação da revisão e reescrita textual desempenha um papel importante na evolução conceitual. Assim, as atividades podem favorecer o desenvolvimento da escrita atribuindo melhor qualidade à produção.

No que diz respeito às adaptações curriculares e pedagógicas, Boraschi (2017) afirma que são necessárias, indo ao encontro do que é sugerido por Brasil (2003, p. 34),

[...] possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adequações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno.

Para as adaptações pedagógicas específicas na sala de aula, Almeida (2016) destaca a necessidade de se discutir sobre ações pedagógicas inclusivas. Entretanto, ressalta a necessidade de buscar aproveitamento das adaptações, sejam curriculares ou pedagógicas, com olhar mais preciso com o intuito de atender as especificidades dos alunos. Conforme a pesquisa de Guebert (2013), as adaptações não foram bem aproveitadas, havendo redução do conteúdo trabalhado em sala de aula e pouca exploração das atividades do aluno.

Diante do exposto, entende-se que, para que uma inclusão comprometida de fato aconteça, é necessário aceitar a diversidade, modificando a organização estrutural, transformando as práticas, corroborando para um trabalho cooperativo e não competitivo. Fonseca (2016) afirmou em sua pesquisa que as ações pedagógicas desenvolvidas pelos professores, envolvidos de maneira coletiva, desempenham papel fundamental no desenvolvimento dos alunos. Assim como Oliveira (2017) destaca, a colaboração e a participação dos alunos sem deficiência no trabalho cooperativo com os colegas com deficiência intelectual favoreceu o desenvolvimento da escrita e a evolução conceitual dos envolvidos.

Considerações finais

Este estudo realizou uma reflexão sobre a Deficiência Intelectual e o ensino de Língua Portuguesa sob o olhar da proposta do eixo “Leitura” apresentado na BNCC. Referindo-se ao processo de alfabetização e de letramento, que consiste na aprendizagem da leitura e escrita, entende-se que o aspecto cognitivo do aluno com DI assemelha-se ao de seus pares. É evidente que há diferenciações, o que requer adaptações curriculares e pedagógicas, exigindo mais dos professores.

Os dados alertam para a importância de promover aos professores, além da formação continuada, oportunidades para exercitar a capacidade da articulação entre conhecimentos teóricos, de maneira criativa e inovadora, e as condições objetivas das escolas e necessidades específicas dos alunos. Sugere-se que estes proponham modelos de intervenção que possam ser experimentados, socializados coletivamente e analisados, apreendendo a magnitude do desafio que reflete a docência e não a vejam como mero emprego de modelos pré-existentes e conjunto de técnicas.

Mediante exercício fundamentado teoricamente, portanto, o professor se sentirá mais seguro a ensinar um aluno com DI, em virtude de trazer aportes tanto conceituais quanto de reflexões imprescindíveis para o processo de inclusão deste aluno na sala de aula comum. Neste sentido, ressalta-se a importância de outras pesquisas serem desenvolvidas com esta temática, a fim de colaborar para a promoção de uma melhor estratégia para compreensão de texto, alternativas de adaptações curriculares, desenvolvimento de métodos e atividades que melhor atendam as especificidades de cada aluno e a formação para que os professores consigam aportes para sentirem-se confiantes na perspectiva inclusiva.

Referências

- ALMEIDA, R. V. M. **Escolarização de alunos com deficiência intelectual:** a construção de conhecimento e o letramento. 2016. 240f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6197>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- AUGUSTO, A. P. de O.; OLIVEIRA, A. A. S. de; FONSECA, K. A. Teoria histórico-cultural, formação de professores e deficiência intelectual: um estudo bibliográfico. **InFor, Inov. Form., Rev. NEaD-Unesp**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 2-25, 2019.
- BARBOSA, E. A. O. **Letramento emergente, consciência fonológica e leitura de alunos com deficiência intelectual no ensino regular.** 2014. 77f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3172?show=full>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- BORASCHI, M. B. Alfabetização e letramento em crianças com deficiência intelectual. **Revista Gestão & Saúde**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 612-623, ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/293>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 13 de julho de 2010. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.
- BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Coordenação geral: SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional da Educação (2014 – 2024).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

CORDEIRO, A. M. *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Rev. Col. Bras. Cir.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, dez. 2007.

FONSECA, G. F. **Planejamento e práticas curriculares nos processos de alfabetização de alunos com deficiência intelectual: experiências e trajetórias em tempos de educação inclusiva**. 2016. 312f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23029>. Acesso em: 18 jan. 2021.

GUEBERT, M. C. C. **Alfabetização de alunos com deficiência intelectual: um estudo sobre estratégias de ensino utilizadas no ensino regular**. 2013. 121f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10392>. Acesso em: 18 jan. 2021.

LIMA, W. R. de.; CAMPOS, A. P. P.; LEITE, G. G. Educação Profissional em interface com a Educação Especial: análise de matrículas. **Revista Educa**, Porto Velho, v. 08, p. 1-16, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/4705/4276>. Acesso em: 09 set. 2024.

MEDRADO, C.; GOMES, V. M.; NUNES SOBRINHO, F. P. Atributos teórico-metodológicos da revisão sistemática das pesquisas empíricas em Educação Especial: evidências científicas na tomada de decisão sobre as melhores práticas inclusivas. In: NUNES, L. R. D'O. de P. (org.). **Novas trilhas no modo de fazer pesquisa em Educação Especial**. São Carlos: Marquezine & Manzini, 2014. p. 105-126.

MUTO, J. H. D.; POSTALLI, L. M. M. Avaliação da compreensão de leitura de pequenos textos em livros por alunos com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, Santa

Maria, v. 33, ed. 35, p. 1-27, ago. 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/44462/pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

NASCIMENTO, A. B.; CARRETA, P. M. Deficiência intelectual e processo inclusivo: dificuldades enfrentadas. **Revista Educa**, Porto Velho, v. 1, n. 2, p. 70-87, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/1192/1273>. Acesso em: 09 set. 2024.

OLIVEIRA, A. A. S.; VALENTIM, F. O. D.; SILVA, L. H. **Avaliação pedagógica:** foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

OLIVEIRA, N. S. **Revisão e reescrita de textos produzidos por meio do sistema *scala web* por alunos com deficiência intelectual incluídos em sala de aula comum.** 2017. 218f. – Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/26323>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PAVÃO, A. C. O.; SIMON, K. W. O uso de aplicativos de leitura e escrita com alunos com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 33, ed. 54, p. 1-23, out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/46925/pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PEREIRA, S. A.; ROCHA, M. M. As adaptações curriculares no processo de ensino da disciplina de Língua Portuguesa para alunos com Deficiência Intelectual. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2016.** Curitiba: SEED/PR., 2016. V.1 (CADERNOS PDE). Disponível em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_unioeste_suzanaaparecidapereira.pdf. Acesso em: 24 fev. 2021.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

TELES, S. L. **O processo de aquisição da escrita na deficiência intelectual leve:** um estudo de caso. 2019. 180f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9796>. Acesso em: 18 jan. 2021.

TRACTENBERG, L.; STRUCHINER, M. Revisão realista: uma abordagem de síntese de pesquisas para fundamentar a teorização e a prática baseada em evidências. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 3, p. 425-438, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais, 1994.** Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 11 set. 2024.

Enviado em: 25/01/2023.
Aceito em: 13/09/2025.
Publicado em: 26/12/2025.